

História Antiga: Relações Interdisciplinares.

Fontes, Artes, Filosofia,
Política, Religião e Recepção

Carmen Soares, José Luís Brandão &
Pedro C. Carvalho (coords.)

ELEMENTOS RETÓRICOS AO SERVIÇO DO DISCURSO POLÍTICO: O *CONTRA CTESIFONTE DE ÊSQUINES*

(Rhetorical elements in Aeschines' *Against Ctesiphon* political speech)

ELISABETE CAÇÃO (elisabetecacao@gmail.com)¹

Universidade de Coimbra

Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos

RESUMO - Com este trabalho, pretendemos analisar alguns excertos do discurso político *Contra Ctesifonte* de Êsquines. Abordaremos os três grandes pontos da acusação contra Ctesifonte, os primeiros dois motivos suportados legalmente por *psephismata*, mas focar-nos-emos, especialmente, no terceiro motivo da acusação: a proposta de Ctesifonte em honrar Demóstenes com uma coroa de ouro por prestação de bons serviços à cidade justifica a revisão de grande parte da vida política de Demóstenes. O terceiro motivo prende-se, essencialmente, com a justeza da actuação política de Demóstenes, sobretudo durante o período 346 – 330 a. C., em matéria de ‘relações políticas internacionais’, desde a construção da Paz de Filócrates, passando pela Batalha de Queroneia, até à união posterior com Tebas, e outras *poleis*, perante Filipe II da Macedónia. Grande parte deste discurso mais não é, então, do que um emotivo apelo aos cidadãos de Atenas, evidenciando os pontos mais negativos de Demóstenes, de acordo com a perspectiva de Êsquines, recorrendo, por um lado, a estratégias retóricas com a intenção de o denegrir, e por outro, com a intenção de Êsquines recuperar a sua presença política. A invectiva política é, assim, o elemento de base e um elemento formador para o retrato político de Demóstenes.

PALAVRAS-CHAVE - Êsquines; Demóstenes; *Contra Ctesifonte*; retórica; invectiva; política

ABSTRACT - With this paper we aim to analyse some excerpts of the political speech of Aeschines' *Against Ctesiphon*. We will discuss the three main points of the accusation against Ctesiphon, the first two arguments legally supported by *psephismata*, and we will focus on the third argument: Ctesiphon's proposal of honoring Demosthenes with a golden crown for good conduct towards the city justifies the revision of Demosthenes' political career. This third argument is mainly about the adequate political action of Demosthenes, between the years 346-330 BC, concerning 'international political relations', from the building of Philocrates' Peace, to the Battle of

¹ Trabalho desenvolvido no âmbito do projeto de doutoramento SFRH/BD/111097/2015 e do projeto UID/ELT/00196/2013, financiado pela FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia..

Chaeroneia, to the union with Thebes, and other poleis, against Philip II of Macedon. We will try to prove that this speech is an emotional appeal, describing Demosthenes' negative political proposals in those years according to Aeschines, supported by rhetorical strategies with the intention of vilifying Demosthenes and of Aeschines gaining back political presence. Political blasphemy is thus the common base and the forming element for characterising of Demosthenes.

KEYWORDS - Aeschines; Demosthenes; *Against Ctesiphon*; rhetoric; blasphemy; politics

Quando, em 330 a.C., Ésquines decide acusar Ctesifonte, através do processo de *graphe paranomon*, pela proposta de atribuir a Demóstenes uma coroa de ouro pelos serviços prestados à cidade de Atenas, talvez não imaginasse que Demóstenes contra-argumentaria com o que viria a ser a sua obra-prima, o discurso *Sobre a Coroa*, e não imaginasse que seria votado ao exílio por não ter obtido a quinta parte dos votos necessária à sua permanência na cidade.

Ésquines apresenta três argumentos para a condenação: na estrutura legal ateniense, recorre ao uso de dois *psephismata*, isto é, uma forma de decretos-lei, e utiliza também um argumento de natureza política², profundamente retoricizante, que se revela o terceiro e maior argumento, que, em termos quantitativos, ocupa quase metade de todo o discurso. Ora, neste discurso não só os aspectos legais são os necessários para garantir a acusação de Ctesifonte, e por sua vez, denegrir a imagem de Demóstenes, rival de Ésquines, mas também é necessário apresentar e passar em revista toda a sua carreira política, que é em si na totalidade o objectivo do terceiro argumento do discurso, com a pretensão de que se Ésquines apresentasse a 'verdadeira' faceta política do rival, aquele que durante anos não foi útil à cidade de Atenas, os Atenienses observariam que as escolhas políticas de Demóstenes tinham sido repreensíveis para o governo da cidade.

Os dois primeiros argumentos de natureza jurídica são: 1) a proibição de atribuição de uma coroa aos responsáveis por um cargo público (*hyp euthynos*) que ainda não tivessem apresentado um relatório de contas (*euthynos*) para posterior aprovação de um auditor (*logistes*) – no caso de Demóstenes, o cargo desempenhado era o de supervisor de construção de muralhas, *teichopoios*, e de administrador do Fundo Teórico³; 2) o local de atribuição da coroa laudatória deveria estar de acordo com a instituição proclamante, isto é, se atribuída pelo Conselho, então entregue no *Bouleuterion*, se pelo povo, então na Assembleia e não em outro qualquer lugar⁴, como previa a proposta de Ctesifonte de atribuir

² Sobre o uso de argumentos artificiais, vide Gwatkin 1957: 129-41.

³ Aeschin. 3.17, 3.25. Vide Cawkwell 1963.

⁴ Aeschin. 3.32: ἐὰν μὲν τινα στεφανοῖ ἡ βουλή, ἐν τῷ βουλευτηρίῳ ἀνακηρύττεσθαι, ἐὰν δὲ ὁ δῆμος, ἐν τῇ ἐκκλησίᾳ, ἄλλοθι δὲ μηδαμοῦ.

a coroa no teatro de Dioniso. Ainda que estes argumentos tenham sustentação legal, é possível encontrar brechas na argumentação de Ésquines, como explora o próprio Demóstenes na *Oração da Coroa* e como explica Edward Harris em *Aeschines and Athenian Politics*⁵. As duas teorias correntes sobre a interpretação da validade e força dos argumentos de Ésquines são as de Gwatkin, a mais antiga, que confirmam a potencialidade dos argumentos, e a de Edward Harris, a mais recente, que actua numa atitude hiper-crítica, desconstruindo a evidência dos mesmos argumentos⁶. Legalidades ou ilegalidades à parte, falibilidades ou não na argumentação, o curioso é que estes dois pontos são apenas uma parte menor do discurso *Contra Ctesifonte*. A verdadeira intenção de Ésquines não é tanto acusar Ctesifonte, mas sobretudo criticar, censurar e acusar a actuação de Demóstenes, nas mais diversas situações políticas e relações internacionais dos últimos anos, isto é, do período entre 355, data do surgimento político de Filipe II da Macedónia, e 330, data em que Ésquines decide apresentar formalmente, nos tribunais, esta acusação.

Acerca da estrutura legal de apresentação de uma *graphe paranomon*, diz-nos Yunis⁷ que a exposição de elementos políticos no discurso de acusação era ‘não só relevante mas essencial’ para conseguir uma votação favorável à sua causa. E ainda que os Atenienses reconhecessem a diferença entre o que era argumentação legal e argumentos de natureza política, esta necessidade de elementos extralegais mostra a importância da actuação da vida política dos cidadãos, já que o seu escrutínio era fundamental para a boa realização da democracia, e, por essa via, o orador tentaria persuadir a numerosa e heterogénea audiência que o escutava e que iria decidir sobre o seu caso.

O terceiro ponto argumentativo de Ésquines, neste discurso, é então condenar a vida política de Demóstenes, buscando na proposta de Ctesifonte o efeito para a condenação. Ctesifonte propunha que se anunciasse publicamente, no teatro de Dioniso, diante dos Gregos, a honra de Demóstenes com uma coroa de ouro, pelo seu serviço público, no que diz respeito ao conselho e actuação para com os cidadãos atenienses⁸. Ésquines considera que a vida política de Demóstenes não é merecedora de tamanha honra e examiná-la-á segundo quatro períodos que o próprio balizou: o primeiro período dá conta de eventos desde 355 até 346 à celebração da Paz de Filócrates; o segundo período, de 346 a 340, cobre

⁵ Harris 1995: 143-145.

⁶ José Maria Lucas de Dios 2002: 437 ‘tal vez Harris actue de forma hiper-crítica, adjudicando un valor preciso a passajes con una no pequeña imprecisión buscada o no: si los argumentos fueran tan evidentes como él nos señala, Demóstenes debería haber orientado su defensa por los mismos derroteros.’

⁷ Yunis 1988: 369-70.

⁸ Aeschi. 3.49: καὶ τὸν κήρυκα ἀναγορεύειν ἐν τῷ θεάτρῳ πρὸς τοὺς Ἑλληνας ὅτι στεφανοὶ αὐτὸν ὁ δῆμος ὁ Ἀθηναίων ἀρετῆς ἕνεκα καὶ ἀνδραγαθίας, καὶ τὸ μέγιστον· ὅτι διατελεῖ καὶ λέγων καὶ πράττων τὰ ἄριστα τῷ δήμῳ.

o momento da degradação da paz até ao ataque de Filipe a Tebas e o início de nova guerra; o terceiro período, de apenas dois anos, entre 340 e 338, descreve os acontecimentos até à Batalha de Queroneia; e o último período, de 338 a 330, descreve os acontecimentos até à apresentação do discurso em tribunal. Não é intenção deste trabalho analisar os quatro períodos descritos por Ésquines, mas socorrer-nos-emos de exemplos do discurso para suportar a nossa própria argumentação.

Como tem vindo a ser observado por diversos especialistas, o discurso *Contra Ctesifonte* de Ésquines está de tal forma construído que parece um manual de retórica pronto para ser estudado e imitado. O exórdio é objecto de louvor das leis⁹ e da democracia e espaço de denúncia do caos na via legal ateniense¹⁰, e nele Ésquines acaba por confirmar que o motivo da acusação contra Ctesifonte, naquele momento, foi o ódio por aqueles que apresentam escritos com propostas ilegais¹¹. No entanto, este exórdio é uma verdadeira *captatio benevolentiae* dos cidadãos atenienses que assistiam nesse dia ao discurso, pois Ésquines incute-lhes, como é de resto costume em todos os discursos, a responsabilidade de tomarem eles próprios a decisão de voto em relação à acusação contra Ctesifonte. No entanto, ao mesmo tempo, explora, nesses mesmos cidadãos, a responsabilidade de todas as conquistas da carreira política de Demóstenes denunciadas até aí na terceira parte do discurso, pois foram estes cidadãos que votaram estas políticas. Obviamente que não é de forma agressiva, mas (dis)simuladamente bem construída ao longo de todo o texto, com o uso de muitos pronomes pessoais na primeira pessoa do plural, mas sobretudo na segunda, pois o objectivo era ganhar a acusação e não voltar os juízes contra si. Para isso, para que nesse momento cada cidadão, cada indivíduo se tornasse uma única entidade colectiva¹², Ésquines recorre a uma construção verbal simples, quotidiana e real, desenvolvendo-a gradativamente até culminar no clímax, isto é, discorre sobre a situação presente usando verbos como ver, ouvir, saber, passando inclusivamente pela anamnese de leis estabelecidas por Sólon e que não estão a ser cumpridas, para, no fim, pedir aos Atenienses que odeiem aqueles que propõem algo ilegal.

Os próximos dois momentos de argumentação legal de Ésquines são construídos igualmente sob pressupostos retóricos, nomeadamente na análise da forma como Ésquines expõe o seu argumento para logo antecipar e refutar os argumentos previsivelmente expostos por Demóstenes, isto é, a *argumentatio* e

⁹ Aeschin. 3.2.

¹⁰ Aeschin. 3.3-4.

¹¹ Aeschin. 3.7: ὑμᾶς μισεῖν τοὺς τὰ παράνομα γράφοντας.

¹² Desbordes 1996: 47 “L'exorde du discours est ainsi l'object d'une attention pontilleuse, car on a bien vu l'importance de ce moment qui doit transformer une collection d'individus en une entité unique, le public, où pourra se développer un phénomène contagieux d'attention et d'intérêt.”

a *refutatio* da construção do seu próprio discurso. É curioso notar que a parte da argumentação de Ésquines, nos dois casos, ocupa pouco mais do que três parágrafos, e é o processo de refutação que completa a argumentação. No primeiro caso, isto é, na condenação da proposta ilegal de atribuição de coroa a Demóstenes antes da auditoria do seu cargo público, a argumentação demora 23 parágrafos [9-31], 19 dos quais dedicados à *refutatio*. No segundo caso, a argumentação demora 17 parágrafos [32-48], portanto 13 dedicados à *refutatio*. O terceiro argumento [49-167] é um caso especial porque as provas apresentadas não são de base fundamentalmente legal, na nossa moderna forma de entender o conceito de ‘prova’, mas são-no de base patética, isto é, exploram o sentimento captado na audiência, porque visam a explorar as falsas declarações em documentos públicos e a noção de que o louvor de Ctesifonte a Demóstenes é uma falsa declaração. Em muitas passagens, Ésquines explora este argumento com a consciência de que está a apelar ao lado emotivo dos cidadãos atenienses, com o propósito de reforçar o seu próprio argumento e refutar o argumento do oponente, usando para isso a invectiva política, que por meio de insultos, estereótipos e outras formas diminuídas de se lhe endereçar, como é o caso do uso frequente de *houtos* para nomear Demóstenes, prejudica e denigre a imagem deste último¹³.

Fazendo um levantamento simples da quantidade de leis, decretos e outros documentos, como oráculos, lidos durante cada parte da argumentação do discurso de Ésquines, a proporção é de um decreto para cada quatro parágrafos nas primeiras duas partes do discurso que adoptam uma perspectiva mais legal, e de um para 15 na parte em que Ésquines passa em revista os acontecimentos políticos durante a carreira de Demóstenes. Na verdade, a terceira parte, ainda que juridicamente menos mensurável do que as duas primeiras, não deixa, como vimos, de apresentar leis e outros decretos em que se pode verificar que a acusação é suportada legalmente. No entanto, Ésquines não nos reproduz concretamente o decreto que usa para condenar a falsa declaração de Ctesifonte, e por isso é mais difícil aceitar que quase metade de um discurso tão importante fosse baseado em apenas memórias, quando os primeiros eventos descritos relatam acontecimentos de 346, isto é, 16 anos antes da pronunciação do discurso.

Retomando a análise do valor da invectiva política, são de vária ordem os tipos de injúrias que Ésquines lança contra Demóstenes e vice-versa. Eles recorrem a um léxico socialmente ofensivo e suportam as injúrias com exemplos da educação dos oradores, da sua ocupação profissional, da política defendida, dos defeitos morais e físicos e das questões de sexualidade, recorrendo, inclusiva-

¹³ Ilie 2009: 49. ‘In arguing, a speaker often appeals to definitions that reinforce the power of his/her arguments and/or to definitions that help to refute the opponent’s arguments. Particularly persuasive are those definitions that are meant to stir up prejudices and stereotypes and thus undermine the justifiability of the opponent’s arguments and explicit/implicit definitions.’

mente, a insultos de temática animal. O defeito moral que Ésquines mais vezes aponta a Demóstenes é o da cobardia¹⁴, ou por ter emudecido diante de Filipe II da Macedónia, durante a primeira embaixada, aquando das negociações da Paz de Filócrates, ou por fugir do combate e limitar-se a fazer discursos na assembleia, ou por ser moralmente censurável por se ter congratulado pela morte de Filipe, quando ainda não tinha passado uma semana da morte da sua única filha. Ésquines não poupa as reprovações e classifica-o, em várias passagens, de instrutor da verdade, ou como diríamos os ‘demagogos’ de antes e de agora, traidor, mentiroso e inimigo da pátria¹⁵.

A percepção de que o artifício retórico é capaz de transformar a massa de ouvintes numa entidade colectiva é objecto de preocupação de Ésquines, e, no fundo, estratégia retórica que contribui para o processo de decisão do auditório. A imputação da decisão no outro põe o orador numa posição complexa: deve o orador falar para agradar, de acordo com a opinião comum da maioria dos cidadãos ou, ainda que tenha menos popularidade, deve propor as medidas que considera razoáveis individualmente¹⁶? No nosso caso, tanto Ésquines como Demóstenes fazem uso das mais variadas estratégias para ganhar a sua causa, e nenhum dos dois é isento de um certo snobismo.

Para terminar, acreditamos que este discurso de Ésquines não teve o resultado esperado pelo autor, isto é, a condenação de Ctesifonte e, por consequência, a de Demóstenes, não tanto pela falibilidade dos seus argumentos, mas porque, no período de dois anos que antecedeu o discurso, Demóstenes gozava de maior crédito, tanto político quanto social e, até mesmo, económico¹⁷ no corpo de cidadãos. A verdade é que Demóstenes, no seu discurso *Sobre a Coroa*, conclui que não é o discurso do orador nem o tom da sua voz que têm valor, mas todas as coisas que o indivíduo odeia e ama como os demais da sua pátria¹⁸. Por fim, resta dizer que Ésquines não conseguiu assegurar a quinta parte dos votos e foi multado ao pagamento de 1000 dracmas.

¹⁴ Aeschin. 3. 77, 81, 163, 175, 176, 244.

¹⁵ Aeschi. 3.72.

¹⁶ Josiah Ober 1989: 165-167.

¹⁷ Dem. 18.119.

¹⁸ Dem. 18.280 ἔστι δ' οὐχ ὁ λόγος τοῦ ῥήτορος, Αἰσχίνη, τίμιον, οὐδ' ὁ τόνος τῆς φωνῆς, ἀλλὰ τὸ ταῦτὰ προαιρεῖσθαι τοῖς πολλοῖς καὶ τὸ τοὺς αὐτοὺς μισεῖν καὶ φιλεῖν οὕπερ ἂν ἡ πατρίς.

BIBLIOGRAFIA

- Adams, C. D. (rep. 1989), *Aeschines. Speeches*. Loeb Classical Library.
- Cawkwell, G. L. (1963), “Eubulus”, *JHS* 83: 47-67.
- Desbordes, F. (1996), *La Rhétorique Antique. L'art de persuader*. Paris.
- Gwatkin Jr., W. (1957), “The Legal Arguments in Aeschines' Against Ctesiphon and Demosthenes' On the Crown”, *Hesperia* 26.2: 129-141.
- Harris, E. (1995), *Aeschines and Athenians Politics*, Oxford University Press
- Hobden, F. (2007), “Imagining Past and Present: A Rhetorical Strategy in Aeschines 3, *Against Ctesiphon*”, *The Classical Quarterly*, 57.2: 490-501
- Ilie, C. (2009), “Strategies of Refutation by Definition: a pragma-rhetorical approach to refutations in a public speech”, *Pondering on problems of argumentation*. Berlin.
- Lucas de Dios, J. M. (2002), *Esquines. Discursos. Testimonios y cartas*. Madrid.
- Martin Velasco, M. J. (1997), “Sintaxis y Argumentación en el *Contra Ctesifonte* de Esquines”, *Epos* 13: 13-29.
- Martin, V., Budé, G. (rep. 2002), *Eschine. Discours. Tome II. Contre Ctésiphon, Lettres*. Paris, Belles Lettres.
- Ober, J. (1989), *Mass and Elite in Democratic Athens. Rhetoric, Ideology and the power of the people*. Princeton.
- Worthington, I. (2010), *A Companion to Greek Rhetoric*. Wiley-Blackwell
- Yunis, H. (1988), “Law, Politics and the graphe paranomon in fourth-century Athens”, *GRBS* 29: 361-382.